
TEMPO E ESPAÇO NA PESQUISA ETNOGRÁFICA QUE INCLUI AS CRIANÇAS
TIEMPO Y ESPACIO EN LA INVESTIGACIÓN ETNOGRÁFICA QUE INCLUYE A LOS NIÑOS
TIME AND SPACE IN ETHNOGRAPHIC RESEARCH THAT INCLUDES CHILDREN

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29168810>

Antonio Luiz da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil

RESUMO

Neste artigo, partindo de duas situações retiradas do trabalho de campo etnográfico que venho realizando em Catingueira – PB, ao longo dos anos 2012-2016, objetivo refletir sobre a relação tempo/espaço na ação investigativa junto às crianças. Considero que as crianças, por conta de sua faixa etária, mesmo tuteladas pelos grupos geracionais mais velhos, experimentam concretos deslocamentos existenciais enquanto vivem a infância. Demonstrarei que as marcas das transformações no grupo infantil, relativas ao tempo e ao espaço, assim como nos demais grupos, podem ser percebidas nas ideias dos sujeitos, nas ressignificações dos ambientes, nas reestruturações sociais, nos corpos dos indivíduos envolvidos durante a pesquisa e na produção posterior do pesquisador. Defenderei, por fim, que na pesquisa etnográfica os espaços e o tempo não são estáticos, ambos sofrem mudanças, fazendo com que os sujeitos se movam de seus “territórios” físicos e mentais habituais, trazendo implicações para o próprio pesquisador.

Palavras-chave: etnografia; tempo; espaço; criança; infância.

RESUMEN

En este artículo, basado en dos situaciones del trabajo de campo etnográfico que vengo realizando en Catingueira – PB, a lo largo de los años 2012-2016, reflexioné sobre la relación tiempo/espacio en la acción investigativa junto a los niños. Entiendo que la etapa en que se encuentran los niños, la infancia, aunque protegido por las generaciones más viejas, estos experimentan concretos desplazamientos existenciales. Así, como en los demás grupos, en la niñez las marcas de las transformaciones relacionadas al tiempo y al espacio pueden ser percibidas en las ideas de los sujetos, en las resignificaciones de los ambientes, en las reestructuraciones sociales, en los cuerpos de las personas de la investigación y en la producción posterior del investigador. Yo defenderé, por fin, que en la investigación etnográfica tiempo y espacio no se quedan estacionados en sí mismos, ambos sufren cambios, haciendo que los sujetos cabían en sus territorios físicos y mentales habituales, trayendo implicaciones para el propio investigador.

Palabras clave: etnografía; tiempo; espacio; niño, niñez.

ABSTRACT

In this article, starting from two situations taken from the ethnographic field work that I have been doing in Catingueira – PB, over the years 2012-2016, I will reflect on the relation time / space in the investigation action with the children. I understand that the stage in which children are found, while living their childhood, despite being protected by the other generational groups, experience concrete existential displacements. The transformations of time and space can be perceived in people's ideas, in the new meanings of environments, in social restructuring, in the bodies of the subjects and in the later production of the researcher. I will argue, finally, that in ethnographic research spaces and time are not static, they change, forcing subjects to move from their habitual physical and mental 'territories', bringing implications to the researcher himself.

Keywords: ethnography; space; time; child; childhood.

“Cambia lo superficial/ Cambia también lo profundo/
Cambia el modo de pensar/ Cambia todo en este
mundo.”

(Mercedes Sosa)

Nota introdutória

Nos relatórios finais de quaisquer pesquisas, os dados despontam quase sempre muito arrumados. Após a “colheita dos informes” é feito um trabalho analítico primoroso de refinamento intelectual a partir do qual todos os “buracos” tornam-se bem aplainados, como um rosto que sofreu os processos de uma maquiagem artística. Subentende-se que entre os autores há uma espécie de compreensão compartilhada, indicando que quem vai ler relatos de investigações acadêmicas nunca estará interessado nas costumeiras agonias que precedem os resultados. Seguindo esse tipo de lógica, os artigos científicos, quando vão tratar da metodologia, se resumem à descrição das técnicas apenas naquilo que elas tiveram de mais brilhante, de lúcido, de acerto. O resto sobra, ou melhor, escapa ao leitor. Os manuais não são diferentes. Eles se esmeram em mostrar a melhor maneira de fazer a ciência acontecer, ensinando como se constrói um questionário, uma pergunta de pesquisa, a elaboração de uma escala, uma observação ideal, como evitar isto ou aquilo, etc. O que essa sofisticada idealização, por mais que se esforce, não vai conseguir esconder é que em pesquisa nem tudo sai a contento e retilíneo. Como afirma Willig (2008, p. 161): “Métodos de pesquisa não são receitas, mas formas de abordar as questões, e o valor de nossa pesquisa depende da habilidade com que conseguirmos combinar os nossos métodos às nossas perguntas em busca de conhecimento e compreensão”.

A pesquisa é um ato humano, não mais, não menos. Penso ser importante valorizar isso. Como muitos pesquisadores, embora não goste das situações apreensivas, tenho o costume de não esconder os meus desacertos, os quais, muitas vezes, aparecem no medo, no frio na barriga, nas incertezas e até nas coisas mais frustrantes. Para mim, as ocasiões difíceis, um gesto arreado, um comportamento desconfiado, uma emoção indiferente etc. ensinam tanto quanto os bons resultados finais estampados, aplaudidos e aprovados. De modo que não encontro motivo para não valorizar e não tentar compreender expressões tais como: “Não tenho interesse nisso”, “Não quero participar”, “Não sei responder”, “Você pode perguntar isso a outros por aí?”, “O que você faz aqui?”, “De onde você veio?”. Creio que as realidades mais duras do campo tendem a

apresentar o humano sem máscara numa investigação acadêmica. E muitas vezes o acerto é explicado também nas “trombadas” e nas “portas fechadas” do tempo da pesquisa.

É verdade que nem todos os métodos de pesquisas valorizam situações que fogem ao escopo do previamente traçado e muitos até as desconsideram. Do ponto de vista da etnografia, perspectiva que venho adotando como caminho, o desacerto é sempre um evento importante e produtivo. Para essa abordagem, a pesquisa se dá num espaço/campo geográfico, constituído como um “organismo social” vivo, que comporta pessoas em interações, numa teia social como indicou Geertz (1989), inseridas num tempo histórico específico. Dentro dessa compreensão metodológica, a mudança é a marca principal do elemento humano, inclusive nos pequenos intervalos espaço-temporais da pesquisa.

É claro que depois de ter migrado da experiência antropológica, de ter sobrevivido às muitas suspeitas das outras disciplinas, de ter alcançado sucesso interdisciplinar, sendo hoje festejada como uma abordagem que oferece boas oportunidades para o acesso ao vivido em uma determinada comunidade, especialmente nas ações que envolvem crianças (Corsaro, 2009; Delgado & Muller, 2008), a etnografia ainda pode trazer consigo enormes inquietações e mesmo frustrações para um pesquisador oriundo de outras áreas. Não é muito fácil para quem imagina, ingenuamente, suas descobertas como palavras sustentáveis, como dados solidamente coletados, como argumentos válidos ao menos para aquele grupo pesquisado, ver toda sua construção sendo despejada pelo ar ou questionada em seus fundamentos numa segunda mirada etnográfica, pois, por conta da ação do tempo, tudo mudou de lugar.

Neste trabalho tomo para reflexão as questões do tempo e do espaço, considerando nelas as crianças. Imagino este texto como uma contribuição à psicologia e aos estudos que vêm se aproximando das crianças. Para facilitar a leitura, após essa introdução, o artigo foi dividido em cinco partes. Sigo discutindo o tempo e o espaço na pesquisa etnográfica. Em seguida, destaco o campo de minha experiência. Em prosseguimento, apresento, em dois tópicos, duas situações com as quais ilustro as problemáticas do tempo e do espaço na pesquisa de campo, tecendo sobre elas algumas considerações. Por fim, defendo que as questões envolvendo tempo e espaço carecem de compreensão mais acurada, visto que o que caracteriza o humano é a possibilidade de mudança, compreensão que, a meu ver, se acentua de modo particular na pesquisa que inclui as crianças.

O tempo e o espaço na pesquisa etnográfica

Os seres humanos que povoam os campos das investigações etnográficas estão inseridos num enredo histórico e, embora limitados pelo tempo, estão em permanentes trocas de ideias, em confrontos políticos, em embates ideológicos ou/e em negociações de toda natureza. Como afirma Lustosa (2011, p. 51): “o espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente”. Ou não. A ambiência em que se desenvolve a pesquisa etnográfica figura num mosaico composto de muitas contradições, nela tempo e espaço serão sempre intercambiáveis. Como no tabuleiro de um jogo sofisticado, o arregimentado de forças socioculturais que nela se descortina torna a vida mutante em suas múltiplas reconfigurações, “atrapalhando”, em todos os momentos, os planos de quem muitas vezes deseja que o campo de investigação permaneça inerte por longo tempo. Uma pesquisa de natureza etnográfica, muitas vezes, enquanto se desenvolve, obriga o investigador a compreender que o uso da maioria dos espaços de um campo nem sempre é regulado *a priori*, e isso é bastante problemático. Na verdade, um espaço que tem uma utilidade hoje pode não tê-la amanhã. Um lugar que é fonte de certa predileção pode ser completamente abandonado no ano seguinte, deixando alumiada a verdade segura de que tudo cambia.

Para além da discussão acima feita, ainda é preciso destacar que numa pesquisa etnográfica não somente as pessoas e as forças ideológicas se movimentam; também os espaços, os pequenos ambientes e mesmo os equipamentos sociais se enchem e se esvaziam, na medida em que vão sendo ocupados/pré-ocupados/desocupados, utilizados/inutilizados/reutilizados pelas pessoas, sendo assim despossuídos em seus sentidos. O próprio espaço também se modifica, sofrendo desgastes naturais ou sociais. Desse modo, tudo aquilo que compõe a ambiência da investigação tende a se reconfigurar objetiva e subjetivamente.

Para Aguiar (2006):

duas concepções de espaço, de certo modo antagônicas, foram formuladas, ainda na Antiguidade: uma que define espaço como o recipiente, o container, de todas as coisas, e outra para a qual a noção de espaço seria decorrente de uma relação percebida entre objetos. (p. 76)

Sem dúvida, no tempo e no espaço todos os objetos sociais, sujeitos, humanos e não humanos estão em relação. E quando se trata de um grupo existencialmente ativo, como o humano, nada

permanece o mesmo, seja numa paisagem, numa cabeça ou num aglomerado de pessoas.

Assim sendo, a etnografia só pode entender os seres humanos e suas ideias, sejam eles pequenos ou grandes, crianças, jovens ou anciãos, ricos ou pobres em deslocamentos constantes. Por essa razão, além das demais técnicas da etnografia, tais como fotografias, entrevistas, diário de campo, venho utilizando também para a construção de minhas informações aquilo que tenho chamado de observação em movimento (Silva, 2014). Essa técnica se impôs ao meu imaginário depois que percebi que nada estava “parado” no mesmo lugar, nem eu enquanto pesquisador, nem as pessoas com as quais havia tido oportunidade de contracenar. Muitas delas me paravam na rua, tanto pedindo para ouvir a gravação que tinham me concedido, algumas vezes complementando as informações, quanto para dizer que me haviam visto em diversos lugares num mesmo dia. Vi que a pesquisa que estava desenvolvendo de modo algum era estática. Para Sousa (2015, p. 150): “Quando os modos de proceder em campo se transformam, o texto também se transforma”. Os enredos tomam outros deslocamentos. E, muitas vezes, bagunçam as certezas.

Partindo do prisma acima apresentado, porque num campo humano em mudança, passei a perceber que voltar uma segunda vez ao mesmo campo exigia estar preparado, quase sempre, não para mais do mesmo, do já coletado, do passado congelado, mas para muito mais do novo, do ainda não dito, do inaudito, do não percebido anteriormente e até da decepção com outras facetas do próprio campo em vias de revelação.

Acredito que, como “instância da vida social”, todo e qualquer campo a ser etnografado tem um comportamento dinâmico e autônomo, que se apresenta em suas particulares linguagens, tendo negociações e/ou imposições a fazer ao observador (Silva, 2014). É bem verdade que o pesquisador o incomoda com sua presença, perguntas, levantamentos, anotações e olhares. Porém, o campo reage de um modo próprio, afetando o observador, como tão bem percebeu Faavret-Saad (2005). O campo de pesquisa é um mundo plenamente humano. E, como indica Matos (2013, p. 367): “Não há como pensarmos o mundo enquanto cenário passivo de um ser humano, totalmente, arbitrário; parece que há uma relação de interdependência, na qual um atua sobre o outro, processando as transformações necessárias ao tempo e espaço concretos”.

Do ponto de vista da etnografia, está claro, a qualidade dos dados depende grandemente da inserção de seu pesquisador. A idade, o gênero, as portas de entrada, a maneira como o investigador se envolve

no campo, a personalidade de quem pesquisa, todas essas “variáveis”, comumente olhadas de um modo tradicional, interferem, inclusive na qualidade dos dados construídos/coletados. Não há como pensar em neutralidade. O campo que modifica o pesquisador é também o mesmo que por ele é modificado. Para Hélio Silva (2009, p. 180): “Todo etnógrafo só pode estar em uma cena alterada pela sua presença”. Talvez seja essa a característica da consciência mais marcante da etnografia contemporânea e da observação feita por alguém que se coloca na posição de participante da vida social. Etnografar é participar, é tomar parte, é observar de dentro.

Dada a dificuldade de se parar o tempo e de se congelar os ambientes humanos, toda etnografia é sempre local e temporal. Seu enfoque tende a acontecer circunscrito a uma delimitação epocal, sob uma determinada jurisdição geográfica. Faz parte de seu costume escolher preferencialmente dentro do emaranhado das relações humanas um pequeno fragmento da realidade plural e o tomar para a sua análise. Seus estudos em torno dos comportamentos, das culturas, dos parentescos, das religiões, das organizações políticas, das formas de subsistências, dos grupos de mulheres, crianças, indígenas, sofrem, no mínimo, as determinações da geografia e da história. Talvez por esse motivo não existam ainda teorias etnográficas globais. Mas a etnografia não está errada por isso, da mesma forma que não estão inadequados aqueles que aplicam os dados achados numa experiência microgeográfica e temporal, dando a eles, mesmo historicamente, uma elasticidade universal. Como diz Goldman (2006, p. 171): “Assim, esboçar uma teoria etnográfica não é limitar-se a este ou aquele contexto particular, deixando de lado níveis mais gerais”. Aliás, algumas correntes científicas têm se esforçado por demonstrar que elementos macros da experiência global humana podem estar contidos em experiências micros locais. E isso não quer dizer necessariamente que o macro seja composto de pequenos micros apenas. O macro é sim formado pelos micros e pelas intervenções que sobre eles são feitas nas imediações e inter-relações. De modo que o micro pode sim, autorizadamente, representar ou ao menos apontar para a experiência global. Dentro da abordagem etnográfica, como observaram Sato e Souza (2001, p. 31): “o local e o particular são espaços possíveis para desenvolver o trabalho empírico, no qual processos mais gerais podem ser descritos e compreendidos, bem como conceitos e teorias podem ser construídos”. De qualquer forma, mesmo não existindo etnografias com pretensões universais, nada impede que elas iluminem umas às outras e se autofecundem, porque feitas sempre na experiência

humana, que é concomitantemente histórica, local e universal.

Alusões sobre o campo e acerca dos participantes de minhas investigações

A pesquisa etnográfica se estabelece a partir de um lócus específico. Digo a partir de um lócus porque ela resulta também das experiências do pesquisador para além do campo. No entanto, é ao lócus originário da investigação que o pesquisador sempre se reportará em sua escrita circunscrita no tempo. O surpreendente é que esse lócus não precisa ser necessariamente um espaço topográfico delimitado, como o sertão, uma cidade, um clube, uma igreja, uma rua, um bairro, uma escola. Esse lócus não precisa, obrigatoriamente, ter somente gente viva; pode ser um arquivo público (Guinzburg, 1991), um conjunto de fotografia (Mendonça, 2011), uma coleção de filmes (Lessa, 2014), um cemitério (Pétonnet, 2008), ou um velório virtual (Martins, 2013), especialmente no modo de trabalho que vem sendo desenvolvido pela netnografia. Mas, seja como for, uma pesquisa realizada sob os auspícios do método etnográfico tem sempre enorme apreço pela vivência do pesquisador e dos demais envolvidos ao redor daquele lócus, ao menos por um tempo. O lócus etnográfico é o campo/lugar/espaço/ambiência de onde se extrai o vivido no tempo.

O meu lócus de investigação fica no Sertão nordestino. Existe no Sertão da Paraíba, no Nordeste do Brasil, bem encravada ao pé de uma enorme montanha de pedras, uma cidadezinha bem pequena, chamada Catingueira – PB. Sua população, muito devota, mas não fanática, ainda não passa dos cinco mil habitantes, sendo que mais da metade reside em sua enorme zona rural. Em Catingueira, rural e urbano se entrecruzam e se misturam num namoro permanente. Imagine-se que lá é possível, ao amanhecer, se escutar o cantar dos galos, o bater da enxada ou o amolar de uma estrovenga antes de se sair para a roça. Ainda circulam pela cidade pequenos rebanhos de cabritas, alguns cavalos ou mesmo porcos. E algumas pessoas têm no seu quintal um lugarzinho para alimentar galinhas, patos ou outras aves de criação doméstica. As pessoas retiram seus sustentos da agricultura, do comércio, do emprego público, das aposentadorias, das ajudas enviadas pelos filhos que estão ausentes (lá muitos afirmam que mais da metade da população originária mora fora da cidade, do estado e mesmo do país) e do Programa Bolsa Família (Pires & Silva Jardim, 2014; Santos & Silva, 2015; Silva, 2014). Vive-se também do empreender individual, como é o caso, por exemplo, dos artesãos e das costureiras.

As crianças merecem uma explicação particular. Disputando com os adultos, elas parecem ocupar todos os espaços da cidade, tanto os públicos quanto os privados, inclusive os que não foram feitos para elas (Santos & Silva, 2015). É, simplesmente, impossível não vê-las, seja nos protestos urbanos, nas procissões, nas convenções partidárias, nas igrejas, no campo de futebol, na quadra de esportes, nos jogos de capoeira ou nos banhos de açudes etc. Ao menos em tese, a educação das crianças é um valor altamente cultivado pelas famílias e pelas políticas públicas locais, realidade que não foi possível às gerações anteriores por conta das exigências do trabalho muito cedo. Ainda assim é possível se ver crianças envolvidas em pequenas atividades lucrativas, tais como a venda de dindim, picolé e cocada, corte de capim para alimentar cavalos, ou ajudando seus pais nos roçados. O comportamento das crianças em geral não é desordeiro e nem chega sequer a entrar em conflito com a lei, mas há pessoas da população adulta que as acusam de serem “danadas”, revelando que a infância não é uma realidade pacífica dentro do arcabouço etário e geracional catingueirense. As crianças com as quais tive contato, dependendo de sua idade, conversavam sobre os mais variados assuntos, inclusive sobre coisas da vida íntima, como a sexualidade, por exemplo (Silva, 2015).

Entendo que para qualquer pesquisa que lida com elementos geracionais, “O sentido da infância é atravessado ... pelas dimensões do espaço e do tempo que, ao se agregarem com o grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes formas de ser criança, traços simbólicos carregados por toda vida” (Lopes & Vasconcellos, 2006, p. 111). Olhando as crianças a partir de Catingueira, tem ficado cada vez mais claro que a infância contemporânea naquelas paragens em quase nada se assemelha à infância que fora vivida pelos bisavós, avós, pais e mães, membros de outras gerações, sobretudo quando informam que “as crianças de hoje têm direitos demais”.

Aqui devo dizer que minha primeira pesquisa foi muito fortemente marcada pela presença dos meninos, de modo que as meninas não aparecem tanto em minha escrita, isso por razões que hoje me parecem mais claras. Em primeiro lugar, na condição de pesquisador homem, adulto, desconhecido na cidade, sobretudo não “acobertado” por uma instituição oficial, como uma escola, uma igreja, por exemplo, entendi não ser de bom alvitre uma aproximação às meninas, sem que essas estivessem na presença de um adulto, fosse esse ou não de sua parentela, como geralmente estavam os meninos. Em segundo lugar, decidi escolher os participantes da pesquisa sem formalidade alguma, de modo que todos foram contatados no meio da rua, no

campo de futebol, na praça, na Fonte do Olho d’Água, etc. Em terceiro lugar, mesmo que as crianças de ambos os sexos circulem pela cidade de modo mais livre, sobretudo quando se compara a vivência infantil catingueirense com a de uma cidade de maior porte, as meninas não costumam ficar muito tempo fora de casa como ficam os meninos. Desse modo, no que se refere à ocupação dos espaços públicos e à autoexposição infantil na vida social, como mostrado em outro trabalho (Santos & Silva, 2015, p. 173): “geralmente as ações das meninas acabam condicionando-as na maior parte do tempo aos espaços domésticos, tendo elas uma participação mais protegida”. Assim, no contexto da pesquisa, me era bem mais fácil uma aproximação junto aos homens, estivessem eles na infância ou na idade adulta (Silva, 2012a, 2012b, 2013b). Na segunda volta, mesmo já sendo bastante conhecido, tendo numerosos amigos e colaboradores na cidade, havendo ampliado a abordagem de pesquisa (Silva, 2015), entrevistando nas casas, inclusive, minhas atividades principais de observação e participação na vida comunitária continuaram no meio da rua, a partir de onde vou “atacando” as pessoas, pedindo-lhes explicações e me deixando interpelar por elas. Aliás, para Agier (2015, p. 34): “Fazer pesquisa de campo é estabelecer relações pessoais com quem não conhecemos anteriormente, junto de quem chegamos um pouco na marra”. Com o passar do tempo, é claro que conto, hoje, com alguma vantagem. Porém, dada a natureza mais “espontânea” de minha investigação, cada vez mais tenho entendido que essa maneira de fazer pesquisa joga com mil e uma possibilidades e se recusa a ser permanentemente replicada.

Orientado por minha experiência anterior em Catingueira, havia dito que o vivido humano era como uma usina que não conhecida safra, entressafra e moagem (Silva, 2013a). Estava acreditando que a interação social se elaborava e se refazia permanentemente em muitas negociações compartilhadas. Defendia ainda que a Catingueira por mim encontrada no Sertão paraibano não era a dos escritos de autoras e autores que partindo de lá publicaram. “Se for a mesma, deve ser revestida de um ‘não sendo’, concomitantemente. É, na condição de palco geográfico, porém não é enquanto terreno político, afetivo, por exemplo” (Silva, 2014, pp. 88-89). Aqui é interessante destacar que os(as) pesquisadores(as) que estiveram em Catingueira, antes ou depois de mim, a partir de meus textos escritos, em conversas pessoais ou em discussões grupais, não tenham ousado me questionar frontalmente naquilo que eu trazia acerca das crianças, nem do vivido local, embora em algumas situações tenham me dito: “Essa Catingueira a gente não conheceu”. Por isso, colocando-me na berlinda

situacional, ninguém saberá calcular o tamanho da minha decepção e espanto quando alguns dos meus dados, em menos de três anos, começaram a se tornar, se não invalidados, ao menos questionados por minha própria observação. É que me atrevi a cotejá-los, repassando o vivido naqueles espaços pela peneira do tempo.

Abordando a questão do espaço através do seu uso

Pois bem, na primeira ida ao campo, alumiando a cidade a partir de elementos da infância, havia destacado que as crianças tinham “redescoberto” ou dado nova utilidade a uma quadra velha abandonada, a qual se encontrava completamente destrocada pela ação de um vendaval ocorrido na região por volta do ano 2010. Dissera que as crianças estavam, o tempo todo, fazendo dela seu estádio, dela cuidavam com esmero, limpando-a enquanto a usavam para seu futebol. Era um sinal da autonomia infantil, da agência das crianças, expressa no não esperar pelas forças públicas municipais, das quais me disseram que só iam lá para “bater fotos” e nada mais, não se importando em consertá-la (Silva, 2012a; Silva, 2013b). Apressado em minhas conclusões, havia refletido que provavelmente as crianças nem quisessem que o prefeito a consertasse, porque a partir de então iriam se submeter a um rigoroso controle adulto, como já acontecia com o campo de futebol, no qual até hoje elas não podem jogar em seu centro, ficando apenas em suas beiradas (Silva, 2012a, 2013a, 2014, 2015), “no seu cantinho”, como me disse o secretário de esportes do município. Na segunda ida ao campo, fiquei tão frustrado e até enfurecido quando vi que a velha quadra, um espaço privilegiado das crianças, descoberto pela experiência intuitiva infantil, havia sido tomada pelos adultos.

Ora, Catingueira é uma cidade de adultos, feita para adultos e por adultos (Santos & Silva, 2015). Como em muitas outras cidades da região, do país e do mundo, reina nela uma mentalidade muito adultocentrada. As crianças não são consultadas para absolutamente nada. Com raras exceções, as coisas não são feitas para elas, as estruturas sociais e boa parte dos equipamentos públicos não lhes contemplam em seus projetos originais. Porém, elas se viram, resolvem-se como podem. O que se poderia deduzir do fato dos adultos estarem jogando na quadra velha por elas ressignificada? Eles tinham tomado para si mais um espaço das crianças? Aliás, é assim que acontece com os grupos mais fortes quando vão tangendo os mais enfraquecidos para longe. Está claro que na estrutura geracional as crianças, mesmo ocupando o esperançoso lugar do porvir, politicamente, são o

componente menos empoderado das sociedades.

Mas, como assim? As crianças foram mais uma vez tangidas para as beiradas? E elas deixaram? Nenhuma resistência? Ao menos os grupos mais fragilizados têm de ter o direito de resistir, de protestar.

Do ponto de vista puramente acadêmico, naquele momento fiquei, de certa forma, impactado. Talvez nem tanto por elas, e sim por mim. Parecia ter dito uma grande mentira nos artigos que havia publicado e, inclusive, em minha dissertação (Silva, 2013a). Foi então que passei a procurar uma explicação para aquilo. Aliás, a função de toda etnografia é explicar as tramas sociais do viver.

Hoje considerando a situação, à distância, penso em duas suposições. Em primeiro lugar, embora a infância seja o grande guarda-chuva ideológico feito para cobrir as crianças, essas não cabem num “lugar” eternamente fixo. Por essa razão, estou defendendo que a própria infância, por causa das crianças, é uma situação altamente mutável. Além disso, acredito que as “Crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação de suas próprias vidas sociais, da vida de todos aqueles ao seu redor na sociedade em que elas vivem” (Muller, 2006, p. 557). Por isso, como primeira hipótese, imagino que podem ter sido as crianças que, por meio da ocupação que faziam da quadra velha, mostraram aos jovens e aos adultos uma segunda possibilidade de uso, mesmo após mais de meia década de abandono político/administrativo, destruída em seus arranjos estéticos e funcionais. Com razão, pensando a partir de Catingueira, para Pires (2010, p. 152): “As crianças não apenas são ensinadas pelos adultos, como também ensinam aos adultos e aos seus pares”. E aqui não há nenhum pecado ideológico em reconhecer que a influência geracional pode, em algumas situações, acontecer por mão dupla, apesar de que a sociedade adulta como um todo vem longamente se esforçando para esquecer esse enorme possível detalhe. Uma segunda hipótese é a seguinte: é possível ainda que as crianças, ao se tornarem adolescentes, acabaram carregando parte de seus antigos pares para a quadra velha, agregando a ela outros elementos da geracionalidade local.

É claro que as gerações contemporâneas estão constantemente misturadas e, mesmo que não todas, algumas atividades podem ser compartilhadas. É verdade que em minha primeira pesquisa tinha observado, talvez por questões de proteção ou por outras razões, que no futebol amador as crianças não jogavam com adultos. E os adolescentes também não jogavam com as crianças, nesse caso porque representava para eles uma espécie de infantilização. Nem todos os adolescentes podiam jogar com os

adultos. Contudo, para que isso ocorresse, eles ficavam na dependência de seu tamanho e de seu próprio porte físico (Silva, 2013a, 2013b). Esses dados, entre uma pesquisa e outra, permaneceram válidos. Disso passei a pensar que não se tratava, necessariamente, de expulsão das crianças nem da tomada de sua posse anterior. O provável é que aquelas antigas crianças, hoje adolescentes, tanto podiam ter ensinado aos mais velhos quanto podiam ter crescido o suficientemente para se inserir no universo jovem e adulto, continuando assim o uso daquela sua antiga descoberta.

Mas, e as novas gerações de crianças que a partir de 2012 foram aparecendo?

A partir desse exemplo foi me ficando cada vez mais claro que os espaços ocupados por humanos não são petrificados, e a pesquisa etnográfica precisa atentar para essas transformações. Os espaços se modificam à medida em que vão obtendo novos aproveitamentos e/ou vão sendo apropriados por gerações diferentes. É óbvio que eles podem ser disputados e tomados de assalto. Porém, podem ser ressignificados, abandonados, reconquistados etc. É importante não descartar que os comportamentos humanos também podem ser diferenciados dentro de uma mesma geração e que a descoberta de uma geração pode não interessar tanto a uma outra que posteriormente lhe substitua na ocupação e compartilhamento dos espaços.

Talvez as novas gerações de crianças catingueirenses nem se interessem mais pela quadra quebrada, tendo descoberto outras brincadeiras, como os jogos em celulares, muito predominantes nos brinquedos de hoje naquele pedaço do Sertão paraibano, mas que não estavam apresentados e nem sequer anunciados em minha primeira investigação, elementos que já apontam para a rapidez da transformação contemporânea. Trago a seguir um relato de meu campo que pode ilustrar essa mudança. Em meu retorno à cidade, enquanto conversava com uma colega da pesquisa passada, estava ao lado o seu sobrinho Carlito (10 anos), que observou que eu portava um celular, com o qual fotografava a cidade. Ele me perguntou: “*O teu samsung é de qual geração?*”. Eu nem sabia que celulares pudessem ser classificados como pertencentes a gerações, sabia apenas que a marca do aparelho em sua pergunta estava correta. Porém, ao retirar o dele do bolso, adiantou: “*O meu é um J 5*”. E foi ele quem, manipulando o meu telefone, revelou tratar-se de um J 2. Confesso que fiquei impressionado. No entanto, fui percebendo que na atualidade tem se tornado comum crianças utilizarem jogos via celulares ou frequentarem as redes sociais, tanto em suas residências, dependendo do poder aquisitivo de seus pais, quanto através de duas casas

de jogos eletrônicos, no referido município. Nesse quesito, uma das mães relatou-me que muitas vezes seus filhos pequenos e os amigos deles ficam horas em silêncio na calçada de sua casa, mexendo em seus aparelhos, quando de repente caem na risada; ela vai olhar e acaba ficando espantada, porque geralmente o motivo é apenas uma mensagem passada de um celular a outro, sem as tradicionais formas de interação municipal. As crianças mudam de interesses, mudam de objetos lúdicos, assim como os adultos. E assim mudam também as suas predileções pelos espaços.

Refletindo a questão do tempo e sua inscrição nos corpos humanos

Outro exemplo que me mostrou que o campo da pesquisa etnográfica enquanto instância da vida social não está parado, nesse caso no tempo, foi um encontro com três crianças da minha primeira pesquisa, duas das quais já não eram mais crianças. Eram os gêmeos, Camilo e Denilson, e seu irmão, Rodrigo. Da primeira vez em que estive em Catingueira, os gêmeos tinham quase 12 anos; suponho que três anos depois eles já estão com 15 anos. E seu irmão, que na ocasião tinha 09, provavelmente já estava com 12 anos. Após minha abordagem, o irmão mais novo me saudou com certa simpatia, como era seu habitual em 2012, mas não me pareceu fazer, em nenhum momento, uma associação entre o pesquisador que conversou com ele no passado e o que estava tentando nova aproximação em 2015. Os gêmeos me foram completamente indiferentes, estenderam-me apenas a mão de volta, respondendo ao meu gesto, como se eu lhes fosse um perfeito estranho. Não houve possibilidade de conversa. Parece que não tínhamos mais nada a tratar e que estávamos todos com questões e interesses bem diferentes. De fato, foi grande a minha surpresa, porque eles tinham sido muito gentis, um deles especificamente, mas no geral, os dois mantiveram comigo um tratamento de cordialidade recíproca, o que muito me emocionou naquela situação. Ambos tinham na primeira ocasião me contado muitas coisas, inclusive a respeito de sua vida e de sua história familiar, onde moravam, quantos outros irmãos tinham. E sempre que nos encontrávamos pela rua tínhamos coisas a tratar. Chegaram inclusive a me levar à sua mãe. A sensação que me invadiu em campo foi a de abandono por pessoas conhecidas. É claro que numa pesquisa de outra natureza esse relato ficaria sufocado, mas na etnográfica ele traz elementos para a reflexão. O que o tempo tinha feito conosco? Por que nos tornamos estranhos?

Concretamente, fora desses três irmãos, tive enormes dificuldades de encontrar as crianças da

pesquisa passada, o que me deixava cada vez mais confuso. Como assim? Onde estavam? O que faziam? A infância permanecia, mas aquelas antigas crianças não mais existiam. É claro que a infância tem de ser considerada em suas dimensões privada e pública, micro e macrosocial. Do ponto de vista macro/social a infância é uma realidade permanente, ela faz parte da organização de toda a vida coletiva. Para Qvortrup (2011, p. 204): “ela continua a existir - como uma classe social, por exemplo - como forma estrutural, independentemente de quantas crianças entram e quantas saem dela”. Trata-se pois de uma categoria válida para a análise, não apenas atinente à vida das crianças, mas da família, da escola, da religião e de toda sociedade. Entretanto, do ponto de vista micro, a infância nada mais é que uma passagem inscrita geracionalmente no tempo social e particular de cada indivíduo. Como as demais etapas, ela está encravada dentro daquele intervalo temporal que separa o nascer do morrer. Nela ninguém se fixa. E assim, mesmo que ela faça parte da organização da vida das gerações de modo permanente, à medida em que os sujeitos vão avançando em seu crescimento social e desenvolvimento humano, eles vão sendo obrigados a deixá-la para trás, passando a experimentar outras realidades. É fato inegável que todos os seres humanos, em determinado momento do seu existir, deixarão de ser crianças. Dessa maneira, para todas as crianças, enquanto grupo em travessia, a infância irá se desmaterializar e perder o completo sentido, se reconfigurando numa outra coisa, na adolescência, na juventude, por exemplo, trazendo outros tipos de exigência e de inserções na vida social. Ao arrefecer em sua importância, a infância vai ficando no esquecimento, na saudade de algumas poucas memórias, ou nas responsabilidades que se avizinham. Esse é um dado da perspectiva etnográfica que assusta e frustra ao desavisado. As crianças com as quais eu tinha de tratar três anos depois eram outras, em quase nada parecidas com as do passado, exceto pelo fato de também estarem vivendo a infância.

É bem verdade, contaram-me mais de uma vez que, nada havendo para fazer em Catingueira, muitos membros das classes populares, assim que entram na adolescência, portanto muito cedo, são praticamente obrigados a entrar no grande movimento da migração, visto que a região ainda não oferece ocupação para todos os seus membros em idade produtiva. E me pareceu que esse ideário permeia a vida das crianças desde muito cedo. Ainda em 2014, em uma conversa com as crianças, o Tércio (9 anos) me disse: “*Quando eu ficar grande, eu vou morar em outra cidade*”. Quando indaguei dele a razão, esse acrescentou: “*Eu vou trabalhar, vou ajudar a minha vó, vou comprar*

uma moto bem bonita”. Tércio era criado pela avó, que era viúva. Sua mãe não estava mais na cidade, porque precisou trabalhar fora do município. O Mário (12 anos) contou-me que também queria ir embora. Quando quis saber para onde, esse, de pronto, me respondeu: “*Eu vou morar com meu irmão, em São Paulo*”. Destaco que o irmão do qual Mário falava havia ido trabalhar como jovem aprendiz, para um empresário catingueirense que tem negócios no Sudeste e também no Nordeste e costuma aproveitar a mão de obra da região.

De qualquer forma, aquele encontro com a cidade me deu a sensação de que a infância, assim como toda a vida social, é uma passagem rápida no transcurso do tempo da vida. E logo os elementos de permanência estão eivados de possibilidades contrárias, sendo atirados à sorte social, política, econômica, histórica etc.

Voltando aos gêmeos, as marcas do tempo em seus corpos eram bastante visíveis. Um deles estava vestidamente mais rebelde, com brincos nas duas orelhas. Ambos já não moravam mais na pequena Catingueira, estavam residindo em Patos, também na Paraíba, mas uma cidade maior, com outros atrativos, com outros apelos sociais, estéticos, com outras informações. Aquilo me deu a entender que aquelas cabeças já não eram as mesmas, o curto tempo e os espaços frequentados já as refizeram. Seu irmão mais novo, por algum arranjo situacional e/ou familiar, ainda permanecia em Catingueira. Mas provavelmente, se não mudou, seu sonho era o de partir, como me tinha dito na primeira ocasião. E, em 2012, como me havia contado seu Agenor, do prumo dos seus 85 anos: “*Quem nasceu em Catingueira e daqui nunca saiu, vive por detrás do mundo*”.

Algumas palavras para finalizar

Neste trabalho, para pensar a questão do espaço e do tempo, lancei mão de duas situações, a ocupação da quadra velha pelos adultos, anteriormente “descoberta” e “ressignificada” pelas crianças, e o meu reencontro com três crianças da primeira pesquisa, duas delas não mais na condição infantil. Os elementos que essas duas situações me impuseram a pensar mexeram enormemente com minhas convicções acadêmicas, fazendo-me entender que, no campo da investigação, especialmente de caráter etnográfico, o “dado definitivo”, se ele existe, só pode estar completamente revestido do “sempre momentâneo” e do “reconfigurável” a qualquer nova olhada. Desse modo, o conclusivo será sempre aquilo que se pode ver ao longe, que ainda se poderá alcançar e até o não atingível.

Vale aqui salientar que a perspectiva etnográfica, mesmo lançando mão de técnicas de coleta de informações, tais como entrevistas, conversas informais, diário de campo, fotografias etc., é acentadamente diferente daquela inscrita no registro de um questionário. Quando um questionário fechado é preenchido, o pesquisador fica firme acreditando que a ele foi dada a mais verdadeira e a melhor resposta possível, ao menos para o grupo pesquisado, quem sabe até tendo a esperança de que se for replicado os resultados serão confirmados. Na etnografia, possibilidade semelhante não há. Foi observado, foi vivido. Mas pode não ser mais numa outra espiada, inclusive com o mesmo grupo. Pois, não havendo a possibilidade de um enquadramento, os dados podem até se evadir numa segunda mirada. Para qualquer possibilidade etnográfica, o que caracteriza um campo vivo é o movimento no tempo e no espaço.

Do percurso realizado ao longo dessa meia década em Catingueira, ultrapassado o incômodo das transformações vistas no retorno da pesquisa, analisando aquilo que havia etnografado no campo, na praça, na Fonte do Olho D'Água, a partir das crianças, também pude perceber que não se tratava de dados fiáveis ou infíeis no sentido comum utilizado na expressão científica moderna. Não se trata, entretanto, de dados inventados pelo pesquisador a seu bel-prazer. Trata-se, sobretudo, de dados que devem ser olhados sempre por diversas facetas simultaneamente. Pode-se questionar se a observação foi fiel? Pode-se indagar se o observador agiu de má-fé? É claro. Para Marcel Mauss (1902/1979, p. 55): “Sempre que se conhecem o autor e as circunstâncias de uma observação, ainda que na ausência de outras fontes, pode-se avaliar o grau de confiança que lhe pode ser atribuída”. Mas pode-se também jogar a batata quente para cima e dizer: nos outros modos de pesquisa haveria mesmo uma resposta definitiva? Existem respostas cabais para todas as questões de uma pesquisa? O pesquisador que utiliza questionário e/ou escala de atribuição de valores nunca pode esquecer que foi ele quem enquadrou seus participantes e que o pensamento humano não é necessariamente quadrado.

De qualquer forma, a etnografia já lida com a impossibilidade epistemológica de se construir um dado definitivo, tipo “prego batido e ponta virada”, tanto *a priori* quanto *a posteriori*. “Tudo muda em algumas léguas” (Mauss, 1902/1979, p. 55). Se eu tivesse que dizer de forma simplificada, diria que todas as explicações, etnográficas ou não, são parciais, territoriais, temporais, históricas. Não são explicações eternas. Não dá pra lidar com o eterno quando se lida com o vivido humano, quando se

lida com comportamentos observáveis. Não dá pra dizer uma palavra definitiva nem na política, nem nas negociações sindicais, nem nas lides domésticas, nem nas convicções religiosas... Quando se tem o humano no meio, o mais característico, por definição, é a possibilidade subjetiva e objetiva de mudar. É a adaptabilidade. São as adequações circunstanciais. É possibilidade de, em se encontrando uma nova luz, exigir que se construa, socialmente, uma nova explicação, porque a vida humana está no espaço, submersa à lógica do tempo.

Aqui, embora tenha tomado como foco de iluminação duas situações envolvendo o grupo geracional das crianças, acredito que o acima discutido, em linhas gerais, também poderá servir para outras experiências etárias. Por fim, penso que acenei, como Matos (2013, p. 372): “para uma concepção da infância como uma construção social, uma condição da experiência humana, em contextos sociais e históricos em permanente mudança”.

Referências

- Agier, M. (2015). *Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação* (B. C. Cavalcanti & M. S. T. B. Limeira, Trans.). São Paulo: Ed. Unesp; Alagoas: Edufal.
- Aguiar, D. V. (2006). Espaço, corpo e movimento: notas sobre a pesquisa da espacialidade na arquitetura. *ARQtexto*, 8, 74-95. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22238>
- Corsaro, W. A. (2009). Métodos etnográficos no estudo da Cultura de pares e das transições iniciais na vida das crianças. In F. Muller & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com Willian Corsaro* (pp. 83-103). São Paulo: Cortez.
- Delgado, A. C. C. & Muller, F. (2008). Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças. In S. H. V. Cruz (Org.), *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas* (pp. 163-189). São Paulo: Cortez.
- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13, 156-161.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Goldman, M. (2006). Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, X(1), 161-173. Recuperado de http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_10/N1/Vol_x_N1_08-Goldman-AEVO.pdf.
- Guinzburg, C. (1991). O inquisidor como antropólogo. *Rev. Bras. de História*, 1(21), 09-20. Recuperado de www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3903.
- Lessa, R. O. (2014). O sentido da etnografia filmica compartilhada de Jean Rouch em “Crônicas de um verão”. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 3(1), 91-102.
- Lopes, J. J. M. & Vasconcellos, T. (2006). Geografia da infância: territorialidades infantis. *Currículo sem Fronteiras*, 6(1), 103-127.
- Lustosa, C. A. (2011). Milton Santos e o método de pesquisa em Geografia. *Tempo, Técnica, Território*, 2(1), 49-59.

- Recuperado de <http://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/19416/13850>.
- Martins, A. S. (2013). *Plateias da morte: discutindo o fim da vida em comunidades e velórios virtuais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Matos, J. C. (2013). O perguntar filosófico das crianças. *Childhood & Philosophy*, 9(18), 363-379. Recuperado de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/childhood/article/view/20662/14989>.
- Mauss, M. (1979). Ofício de etnógrafo, método sociológico. In R. C. Oliveira (Org.), *Marcel Mauss* (pp. 53-59). São Paulo: Ática. (Original publicado em 1902)
- Mendonça, J. M. B. (2011). Entre fotografias antigas e redes sociais: trajetórias de pesquisa fotográfica no interior de Minas Gerais e da Paraíba. *Illuminuras*, 12(28), 71-103. Recuperado de <http://seer.ufg.br/index.php/iluminuras/article/view/24882/14409>.
- Muller, F. (2006). Infâncias nas vozes das crianças: Culturas Infantis, trabalho e resistência. *Educ. Soc., Campinas*, 27(95), 553-573, maio/ago. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a12v2795.pdf>.
- Pétonnet, C. (2008). Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, 25(2), 99-111. Recuperado de http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_25.pdf.
- Pires, F. F. (2010). O que as crianças podem fazer pela antropologia? *Horizontes Antropológicos*, 16(34), 137-157.
- Pires, F. F. & Silva Jardim, G. A. (2014). Geração Bolsa Família: educação, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29, 99-112.
- Qvortrup, J. (2011). Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. *Pro-Posições*, 22(1), 199-211. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072011000100015>.
- Santos, P. O. S. & Silva, A. L. (2015). A cidade dos adultos ocupada pelas crianças: a ressignificação infantil dos espaços urbanos a partir de Catingueira (PB). *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, 43, 167-184.
- Sato, L. & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47.
- Silva, H. R. S. (2009). A situação etnográfica: andar e ver. *Horizonte Antropológico*, 15(32), 171-188.
- Silva, S. A. (2015). Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. *Intercom (RBCC)*, 38(2), 339-342. DOI: 10.1590/1809-58442015217
- Silva, A. L. (2012a). Um estudo acerca das políticas públicas e da participação das crianças em Catingueira (PB). *Mnemosine*, 8(2), 225-257. Recuperado de http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/262/pdf_247.
- Silva, A. L. (2012b). Homem observando crianças: o que se pode aprender com isso? In G. J. Lima, K. E. Oliveira, J. S. Conceição, & M. A. P. Tella (Orgs.), *Ética antropológica em debate: práticas e narrativas* (pp. 36-40). João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB.
- Silva, A. L. (2013a). *Pelas beiradas: duas décadas do ECA em Catingueira - PB*. Dissertação Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Silva, A. L. (2013b). Jogando pelas beiradas: sobre o vivido de meninos e homens num estádio de futebol em Catingueira - PB. *Cadernos de Campo*, 22(22), 103-117. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v22i22p103-117>.
- Silva, A. L. (2014). Agônias dum pesquisador numa abordagem envolvendo crianças: reflexões advindas de Catingueira - PB. *Revista de Psicologia* (UNESP), 13(1), 86- 97.
- Silva, A. L. (2015). As crianças frente aos discursos da sexualidade no sertão: notícias etnográficas a partir de Catingueira - PB. In Anais da REAABANNE, Maceió, p. 1-10. Recuperado de http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1007788_08_06_2015_21-37-58_3924.PDF.
- Sousa, E. L. (2015). As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças. *Illuminuras*, 16(38), 140-164. Recuperado de <http://seer.ufg.br/index.php/iluminuras/article/view/57434/34489>.
- Willig, C. (2008). *Introducing qualitative research in psychology*. Berkshire, UK: McGraw-Hill.

Notas

- 1 A netnografia é a utilização do método etnográfico nos espaços virtuais, blogs, redes sociais, diálogos por meio de fóruns eletrônicos, etc. Para Sulelen A. Silva (2015, p. 339): “Netnografia é uma forma especializada de etnografia e utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet”.
- 2 Venho trabalhando no mesmo campo desde 2012, inicialmente em função do mestrado no Programa de Pós-graduação em Antropologia na UFPB e no momento por conta do processo de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Psicologia na UFRN. Seguindo a orientação do projeto em curso, frequento o município tanto nos tempos fortes, tais como a festa do padroeiro, o Carnaval, a Semana Santa, o São João fora de época, as eleições municipais, quanto nos tempos comuns.
- 3 A estrovinga é uma ferramenta utilizada para brocar (cortar) o mato no processo que prepara o terreno para a plantação do roçado. Embora seja uma espécie de foice, seu formato se assemelha muito ao de uma pá, só que bem mais estreita, tendo lâmina cortante em cada lado.
- 4 O dindim é um refresco muito comum e bastante acessível na região. Sua base é água e açúcar, podendo ser confeccionado a partir de sucos de frutas, de biscoitos, de chocolate, depois é despejado em um saquinho plástico, e colocado para congelar. O dindim existe no Brasil inteiro; dependendo da região, ele é conhecido por flau, geladinho, chup-chup, dudu, chupa-show, sacolé, picolé de bolsa, etc.
- 5 Destaco, de informações pessoais obtidas, que as pesquisadoras que lá estiveram também não acessaram de modo amplo às crianças do sexo masculino, a não ser quando tiveram a oportunidade de realizar grupos focais na escola.
- 6 Neste relato todos os nomes foram recriados, embora nenhum participante tenha isso me solicitado.

Agradecimentos

Expresso minha gratidão ao corpo editorial da *Psicologia & Sociedade* pelo trabalho paciente

e respeitoso e aos pareceristas pelas estimulantes palavras e sugestões de melhoramentos.

Agradeço também às professoras Flávia F. Pires (UFPB), Raquel F. Diniz (UFRN), Isabel M. F. F. de Oliveira (UFRN), Rosângela Francischini (UFRN) e ao professor Herculano R. Campos (UFRN) pelas discussões e contribuições no processo de construção da pesquisa e formulação deste artigo. Ainda sou grato a José Soares (UFPB) por sua leitura paciente e escuta atenta.

Submissão em: 04/09/2016

Revisão em: 20/07/2017

Aceite em: 31/07/2017

Antonio Luiz da Silva é doutorando em Psicologia (UFRN), mestre em Antropologia (UFPB) e especialista em Gestão Escolar (FAK-CE). Tem Licenciatura plena em Psicologia e formação de psicólogo (UEPB).

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000. Lagoa Nova. Natal/RN, Brasil. CEP 59082-970.

E-mail: tonlusi@hotmail.com